

## UBIQUIDADE E CRISE PANDÊMICA: O QUE HÁ DE NOVO NO TRABALHO EM EDUCAÇÃO?

Ubiquity and Pandemic Crisis: What's New in Education Labor?

Rafael da Cunha **LARA**  
Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de Sociologia do Trabalho, Florianópolis, Brasil  
rafa0682@live.com

 <http://orcid.org/0000-0002-0926-127X>

Mais informações da obra no final do artigo 

### RESUMO

A crise pandêmica de 2020, ocasionada pela Covid-19, desencadeou uma série de mudanças às quais convencionou-se denominar de “novo normal”. A área da educação foi particularmente afetada, haja vista que foi uma das primeiras a terem suas atividades presenciais suspensas e reorganizadas para atividades remotas. Desde o início destas atividades, uma série de preocupações têm sido levantadas por entidades de classe, associações científicas e por intelectuais acerca das condições de trabalho em educação sob o novo normal instaurado pela crise pandêmica. Neste artigo, a partir de três estudos publicados sobre o trabalho docente durante a pandemia, procedemos um cotejamento entre os dados e a produção acadêmica nos estudos do trabalho, a fim de evidenciar o que há de novo no trabalho em educação e o que são continuidades de um segmento profissional que gradativamente vem sendo permeado por práticas ubíquas. Entre mudanças e permanências no trabalho em educação, propomos a mobilização do conceito de ubiquidade como categoria explicativa que permita captar as especificidades da docência nestes contextos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ubiquidade. Trabalho. Educação. Covid-19.

### ABSTRACT

The pandemic crisis of 2020, caused by Covid-19, triggered a series of changes to which it was conventionally called “new normal”. The area of education was particularly affected, given that it was one of the first areas to have its classroom activities suspended and reorganized for remote ones. Since the beginning of these activities, a series of concerns have been raised by professional associations, scientific and intellectual associations about working conditions in education under the new normal established by the pandemic crisis. In this article, based on three published studies on teaching labor during the pandemic, we compared the data and academic production in work studies, in order to highlight what is new in education labor and what are continuities of a professional segment that has gradually been permeated by ubiquitous practices. Between changes and permanences in the education labor, we propose the mobilization of the concept of ubiquity as an explanatory category that allows us to capture the specificities of teaching in these contexts.

**KEYWORDS:** Ubiquity. Labor. Education. Covid-19.

# 1 INTRODUÇÃO

A área da Educação foi e vem sendo particularmente afetada pela crise pandêmica de 2020 ocasionada pela Covid-19 no Brasil: foi uma das primeiras a ter atividades suspensas, interrompidas e reorganizadas e uma das últimas a voltar, gradativamente, a situação de “normalidade” pré-pandemia. Para se ter ideia do contingente envolvido (e da extensão dos efeitos sociais da crise pandêmica na Educação), segundo a Fundação Carlos Chagas, 81,9% dos estudantes da Educação Básica deixaram de frequentar estabelecimentos de ensino, o que corresponde a cerca de 39 milhões de estudantes em todo o país (FCC, 2020). Sobretudo na Educação Básica, estratégias de enfrentamento aos efeitos sociais da pandemia foram mobilizadas pelos diferentes sistemas de ensino desde o início das práticas de isolamento social e envolveram, em larga escala, o uso de recursos tecnológicos.

O ensino remoto – por vezes tratado equivocadamente, do ponto de vista conceitual, como educação a distância – ganhou relevância no cenário educacional brasileiro e, junto com ele, problemáticas acerca de como se constitui o trabalho de professores e professoras no contexto do trabalho remotamente realizado, no âmbito do que se convencionou denominar de “novo normal” (ainda que não se tenha certeza sobre o que ele representa, nem o que constitua o novo e o normal).

Neste artigo, tomamos como objeto de análise um recorte do mundo social mais amplo, a saber, o campo educacional, a fim de apreender em que medida o novo cenário que se desenhou com a crise pandêmica de 2020 é tão novo assim. De modo mais específico, nos interessa refletir sobre as repercussões no trabalho em educação a partir da adoção de estratégias de ensino remoto ou não presencial, considerando-se o crescente interesse de pesquisas e levantamentos sobre as alterações nas rotinas de professores e professoras, bem como as preocupações de entidades de classe com as condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores da educação.

Para tanto, nos apoiamos em estudos incipientes conduzidos por outros pesquisadores e em evidências apresentadas por eles como sintomáticas deste “novo normal”, ou seja, como novidade no trabalho em educação a partir do ensino remoto. Neste sentido, compreender as reconfigurações no mundo do trabalho em um contexto de uberização do trabalho (ABÍLIO, 2019) no capitalismo de plataforma requer reconhecer que tempos e espaços estão sendo socialmente ressignificados e que os modos de uso das

plataformas digitais têm repercutido nestas reconfigurações. Daí a importância de recorrer à acepção de ubiquidade como um problema sociológico, a fim de indagar o que há de novo no contexto pandêmico, no trabalho em educação.

O presente artigo evidencia um objeto de estudo localizado na interface da sociologia da educação com a sociologia do trabalho, mas que é também tributário de uma sociologia do tempo que, nos últimos anos, tem se preocupado, segundo Glucksmann (2010), com o impacto das tecnologias nas relações sócio-temporal-espaciais e o engendramento e a experiência do tempo e do espaço, da convivência e da virtualidade neste contexto – problemáticas exacerbadas no campo do trabalho em educação em meio à crise pandêmica de 2020.

Como procedimentos metodológicos, tomamos como ponto de partida as proposições clássicas no âmbito dos estudos do trabalho docente, acerca da necessidade de considerar, indissociavelmente, as dimensões internas e externas deste trabalho. Isto significa considerar não apenas os imperativos e as práticas subjacentes aos processos de trabalho e às atividades realizadas, mas também compreender como determinada profissão/ocupação se posiciona em um arranjo social específico. No presente texto, isso requer, em um primeiro momento, contextualizar o panorama social mais amplo a fim de localizar o trabalho docente neste cenário, a saber, o do trabalho no âmbito da crise pandêmica de 2020. Em um segundo momento, serão discutidos dados de três estudos que analisam as (re)configurações do trabalho docente em contextos de trabalho remoto a partir de uma sociologia do trabalho contemporânea baseada em Sennett (2012), Lima e Oliveira (2017), Dal Rosso (2017) e Abílio (2019). Por fim, a partir da mobilização do conceito de ubiquidade, serão cotejadas as principais conclusões destes estudos com outros anteriores, a fim de responder a indagação: o que há de novo no trabalho em educação no contexto da crise pandêmica?

## 2 **CRISE PANDÊMICA E MUNDO DO TRABALHO**

Os efeitos da crise pandêmica de 2020 dramatizaram problemáticas psicossociais em diferentes contextos. Sob variados enfoques, dispositivos discursivos da sociedade, tais como o midiático, têm produzido interpretações acerca das repercussões do isolamento (ou distanciamento) social, dos processos de trabalho realizados remotamente, das práticas

engendradas em torno do *home-office* e, de modo geral, das práticas sociais do cotidiano ressignificadas por meio das tecnologias. Alguns exemplos ilustram os diversos vetores das preocupações e problematizações erigidas no meio intelectual, seja a partir de evidências do cotidiano ou de reportagens produzidas por veículos de imprensa tradicionais e alternativos.

No início da pandemia, com o confinamento, luto e crise econômica sobrepostos, as preocupações e prognósticos mais amplos davam conta de uma crise sanitária relacionada à saúde mental das pessoas, como ansiedade e estresse resultantes de alterações de humor, frustração, tédio e perdas financeiras (ALFAGEME, 2020a; SÁNCHEZ, 2020), mas também atinentes a práticas sociais e culturais engendradas pelos sujeitos (estratégias nas formas de se relacionar e conviver).

No plano político e econômico, no Brasil o desemprego atingia 12 milhões de pessoas antes da pandemia, com taxa de informalidade na faixa de 40% da população ocupada, sobretudo entre mulheres e negros, segundo dados do IBGE (2020). Durante a crise pandêmica observou-se uma inoperância das políticas econômicas do Governo Federal, cujas repercussões atingiram mais gravemente a classe C. Recrudescimento econômico e inércia política, associados com os efeitos sociais da pandemia prolongada, levaram ao agravamento dos indicadores de emprego e renda, queda histórica do PIB e recessão, que já se anunciavam no início de 2020, e cujas perspectivas, ao final de seis meses de pandemia, davam conta de que 3,8 milhões de domicílios brasileiros seriam empurrados para as classes D e E nos meses subsequentes (LIMA, GERBELLI, 2020). Em que pese disputas políticas em torno de narrativas, por exemplo, acerca do auxílio emergencial – benefício de R\$ 600,00 repassado a trabalhadores da baixa renda – e de investimentos na área da saúde para compras de equipamentos e medicamentos no combate à Covid-19, no plano prático o que se observa são medidas contraproducentes adotadas pelo Governo Federal – quando adotadas – que, em vez de fortalecer o combate à pandemia, levou, constantemente, à sua subestimação, prolongando os efeitos sociais e econômicos da crise.

O *modus operandi* de minimização dos riscos e efeitos da Covid-19, por sua vez, repercutiu no fomento a outras práticas sintomáticas do tempo presente: desvalorização do conhecimento científico, negacionismo e desdém com perdas humanas, entre outras. Embora esse não seja o enfoque do presente artigo, tais questões constituem importantes referências para o quadro do trabalho em educação, já que dizem respeito ao conhecimento socialmente produzido e sistematizado, elemento fundamental na constituição dos

estabelecimentos de ensino. A esse respeito, no âmbito das práticas governamentais, durante a crise assistimos à mobilização de medidas controversas e sem respaldo científico, baseadas em crenças milagrosas, como a orientação de uso da hidroxicloroquina, da Ivermectina e até mesmo aplicação retal de ozônio<sup>1</sup> no combate ao coronavírus – medidas incorporadas ao anedotário nacional, tornando porosas as fronteiras entre realidade e ilusão em um panorama político já saturado de *fake news*. Ademais, a proliferação de notícias falsas compartilhadas em perfis oficiais de governantes, nas redes sociais da internet, elevou teorias conspiratórias a níveis de verdades, tão críveis quanto o terraplanismo, mas que instigaram discursos de ódio e práticas de violência física e simbólica, com descaso ao luto alheio, à medida que o número de óbitos aumentava. Os casos do boato sobre caixões que estariam sendo enterrados vazios e o de que outras causas de morte estariam sendo assinaladas nos atestados de óbito para forjar um aumento nas estatísticas de morte por coronavírus<sup>2</sup>, além da alegação de que não estariam faltando leitos e equipamentos – com a “orientação” de que a população adentrasse e filmasse o interior dos estabelecimentos de saúde – constituem evidências inequívocas da pandemia sobreposta à má governança, num país que, em seis meses e 120 mil óbitos depois, estava há três meses e meio sem Ministro da Saúde nomeado para o cargo<sup>3</sup>.

Ainda no plano político e econômico, a crise pandêmica exacerbou desigualdades sociais já existentes desde a década de 1980, quando a desigualdade de renda se acentuou, levando a dilemas cruéis e insolúveis: de acordo com Patrick Belser, economista da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 61,2% das pessoas empregadas em todo o mundo estão em trabalhos informais e, conseqüentemente, mais propensas aos riscos

---

<sup>1</sup> Cf. BARAN, Katna. Prefeito de Itajaí sugere aplicação retal de ozônio para Covid-19 apesar da falta de comprovação. **Folha de S. Paulo**, [on-line], 04. ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/prefeito-de-itajai-sugere-aplicacao-retal-de-ozonio-para-covid-19-apesar-da-falta-de-comprovacao.shtml>. Acesso em 05 ago. 2020.

<sup>2</sup> Cf. LEMOS, Vinícius. A farsa dos caixões vazios usados para minimizar as mortes por Covid-19. **Época** [on-line], 08 maio 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/a-farsa-dos-caixoes-vazios-usados-para-minimizar-mortes-por-covid-19-1-24416852>. Acesso em 10 maio 2020. Cf. RÔMANY, Ítalo. É falso que todos que morrem no SUS recebem atestado de óbito de Covid-19. **Agência Lupa**, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/08/12/verificamos-atestado-obito-covid/>. Acesso em 20 ago. 2020.

<sup>3</sup> De acordo com informações do Ministério da Saúde, o primeiro caso de Covid-19 registrado no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo (BRASIL, 2020). Seis meses após, em 26 de agosto, o país contabilizava oficialmente 118.649 mortes em decorrência do coronavírus. No período, o país teve dois Ministros da Saúde: o médico ortopedista Luiz Henrique Mandetta (até 16 de abril, demitido após divergências com o presidente da República quanto ao isolamento social) e o oncologista Nelson Teich (de 17 de abril a 15 de maio, quando pediu demissão do cargo após divergências com o presidente da República quanto ao uso da cloroquina em pacientes). Desde a demissão de Teich até 26 de agosto, o cargo era ocupado interinamente pelo general Eduardo Pazuello, sem formação médica, período no qual uma série de polêmicas envolvendo recomendações para uso de cloroquina e afrouxamento nas regras do distanciamento social manteve o país com uma média diária próxima a mil óbitos decorrentes do Covid-19.

de saúde e segurança, uma vez que, para boa parte desse contingente, trabalhar remotamente ou reduzir a jornada de trabalho não é uma opção. Além disso, em todo o mundo, 80% das empresas são constituídas por pequenos negócios com caráter informal. Em conjunto, esses fatores acirram dilemas entre trabalhar ou perder renda, entre se expor, adoecer e empobrecer ainda mais (BELSER, 2020).

É notório, nesse sentido, que a crise deflagrada pela Covid-19 repercutiu diretamente no mundo do trabalho e que seus efeitos sociais exacerbaram as desigualdades, sobretudo, nas regiões periféricas das grandes cidades. Tais desdobramentos foram agravados pelo déficit habitacional e por mais dificuldades em acessar serviços públicos (SANTOS, FACHIN, 2020). Nesses contextos, o cotidiano de trabalhadores foi invariavelmente impactado pela crise pandêmica e passa, ainda hoje, pela “escolha” diária, nas palavras do sociólogo Tiaraju D’Andrea, “entre ver o filho passando fome ou correr o risco de se infectar com o coronavírus” (FACHIN, 2020, p. 1). Essa escolha atinge particularmente trabalhadores informais e aqueles em subempregos, a exemplo dos serviços por aplicativos no chamado “capitalismo de plataforma”, no qual o trabalho sob demanda é solicitado e realizado por meio de aplicativos digitais. No contexto pandêmico, “entregadores de aplicativos”, como são conhecidos, passaram a trabalhar mais, terem menor remuneração e a estarem mais expostos aos riscos de contágio, de acordo com dados reunidos pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (Cesit – Unicamp). Acrescenta-se à precarização do trabalho nesta área o medo dos trabalhadores de serem contaminados durante a prestação de serviços, a falta de apoio das empresas e o aumento acentuado no número de trabalhadores: resultante do aumento do desemprego e dos afastamentos temporários dos trabalhadores de suas funções em outros segmentos profissionais, durante a pandemia a saturação do setor de serviços via aplicativos aumentou significativamente (BBC, 2020; SOUZA, MACHADO, 2020).

As condições de trabalho dos novos proletários do setor de serviços na era digital, em verdade, não é nova, considerando-se que já foram apreendidas em estudos desde os anos 2000 (ROSENFELD, 2006; ANTUNES, BRAGA, 2011; LIMA, OLIVEIRA, 2017; ANTUNES, 2018). Mas, no cenário atual, com parte da população confinada e com a difusão do hábito de pedir comida pela internet, as condições de desigualdade entre aqueles que detinham a prerrogativa de praticar o isolamento social em suas casas e os que não detinham essa opção, posto que precisavam trabalhar (como é o caso dos entregadores de APPs), se acirraram. Estas condições de desigualdade podem ser representadas em uma imagem que circulou pelas redes sociais na internet: a do

entregador que, sob chuva, na paisagem noturna de uma São Paulo alagada, se locomovia com dificuldade em sua bicicleta (própria? alugada? emprestada?) para entregar o jantar de alguém. Não por acaso, em meio à pandemia, em junho de 2020, eclodiu um inédito movimento, conhecido como “breque dos APPs”: uma greve nacional em que trabalhadores de aplicativos reivindicavam direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho, e que caracterizou um movimento robusto de solidariedade da categoria, visto como ato de resistência à “subordinação algorítmica” desses trabalhadores (DELGADO, CARVALHO, 2020).

Evidentemente, os prestadores de serviço via aplicativos são o retrato mais visível da precarização do trabalho via plataformas digitais e representam um importante segmento profissional do país. Todavia, a ubiquidade do e no trabalho, característica do tempo presente, alcança outros segmentos profissionais e foi potencializada durante a crise pandêmica de 2020 em função da substituição das atividades presenciais por trabalho remoto. Nesse contexto, dada a abrangência e prolongamento das atividades sob estas condições, o trabalho em educação é *locus* privilegiado de análise.

### 3 **CRISE PANDÊMICA E UBIQUIDADE NO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO**

A ubiquidade como problema sociológico (LARA, 2019) é um importante ponto de partida para compreender as reconfigurações do mundo do trabalho contemporâneo e as características do trabalho remoto no contexto da crise pandêmica de 2020. Embora as problemáticas atinentes à ubiquidade tenham uma longa tradição nos estudos do trabalho, ela tem sido evidenciada apenas mais recentemente com a difusão dos usos de dispositivos digitais e móveis. Oriunda da área da computação e instigante objeto de estudo semiológico, a ubiquidade remete à ressignificação dos sentidos de tempos e espaços – elementos que dizem respeito a todas as atividades humanas – e à acepção etimológica do termo, relacionada ao conceito de onipresença (CUNHA, BIANCHETTI, 2018). Por meio do uso de dispositivos digitais e móveis, os sujeitos se locomovem, individual e coletivamente, por diferentes ambiências físicas e digitais; uma mobilidade incessante e simultânea entre elas, com o potencial de tornar o indivíduo onipresente nos diferentes contextos em que realiza as suas atividades.

Esta primeira aproximação com o conceito de ubiquidade permite inferir que, com a inserção de dispositivos digitais e móveis nos processos de trabalho, o redimensionamento dos tempos e espaços de trabalho – e de não trabalho – foi amplificado e vivenciado de diferentes maneiras. Levantamentos preliminares realizados no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia (ALFAGEME, 2020b) dão conta que, durante a pandemia, lançar mão do *home-office* acarretou uma série de repercussões e efeitos colaterais: no Brasil, a estimativa é que 22,7% dos postos de trabalho utilizaram esta modalidade e que, entre os profissionais da ciência e intelectuais, esse índice chegue a 65%. Aumento na carga de trabalho e horas trabalhadas, bem como dificuldades para conciliar atividades profissionais e pessoais também aparecem, de modo generalizado, com altos índices de incidência nesses levantamentos.

Práticas de trabalho intermitente incorporadas nas lógicas pessoais dos trabalhadores – como responder *e-mails* à noite ou aos finais de semana –, abusos no uso de aplicativos como *WhatsApp*, uso de espaços domésticos improvisados como espaços de trabalho e compartilhados com companheiros, filhos e animais domésticos, além do cansaço físico e mental provocado pelo prolongamento de conexões virtuais, são alguns dos aspectos evidenciados entre os especialistas, acerca do trabalho remoto (ALFAGEME, 2020b). Para muitos, o conjunto desses elementos constitui uma novidade instaurada pela crise pandêmica de 2020. Todavia, a hipótese levantada no presente estudo é a de que as condições de trabalho e suas repercussões, no contexto da crise pandêmica para trabalhadores da educação, com a instauração do ensino remoto, apenas exacerbaram uma série de tensões no mundo do trabalho que não são exatamente novas.

Nesse sentido, ao contrário de analisar o trabalho remoto em educação a partir de uma perspectiva nova, de um “novo normal” na educação, consideramos mais profícuo mobilizar categorias explicativas capazes de fornecer interpretações acerca das tensões geradas ou tornadas acirradas no contexto da pandemia nos diferentes contextos sociais. E aqui a proposta de trabalho ubíquo (LARA, 2019) pode se constituir como uma chave interpretativa útil para a compreensão das reconfigurações do mundo do trabalho e seus efeitos individuais e coletivos.

Tomamos por referência três estudos sobre as repercussões do ensino remoto, amplamente adotado no país, a fim de analisar o trabalho de professores e professoras nesse contexto. A escolha destes três estudos – meramente descritivos – dá-se em função de seu pioneirismo, isto é, por serem estudos mobilizados logo após o início das atividades com ensino remoto no país. Em que pese outras dimensões analisadas pelas pesquisas,

na sequência desta seção serão discutidos os dados atinentes às dimensões do trabalho perpassadas pela ubiquidade, de acordo com Lara (2019): a pulverização do tempo; o desbordamento de fronteiras (entre público e privado, trabalho e não trabalho); a técnica temporal de ser multitarefa; e a simultaneidade e onipresença em diferentes espaços.

O primeiro estudo, ao qual nos referimos como E1, corresponde à fase 1 da pesquisa *Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica*, conduzida pela Fundação Carlos Chagas, com o objetivo de “verificar como as professoras e os professores das redes públicas e privadas estão desenvolvendo suas atividades, como conciliam o trabalho profissional com a vida privada e quais suas expectativas para o período de retorno às aulas presenciais” (FCC, 2020, p. 01). O estudo foi realizado entre o final de abril e início de maio de 2020, com a participação de 14.285 professores da Educação Básica na faixa etária dos 30 aos 50 anos. A maior parte do grupo é constituído por mulheres (80,5%) de todos os estados brasileiros. O segundo estudo (E2) corresponde a um mapeamento intitulado *A situação dos professores no Brasil durante a pandemia*, organizado pelo instituto Nova Escola na segunda quinzena de maio de 2020, com a participação de 9.557 professores, com a finalidade de compreender a diversidade de cenários vivenciados pelos professores usuários do site da entidade (NOVA ESCOLA, 2020). Entre os participantes, 76,6% são docentes de escolas públicas e 23,4% docentes da rede privada. O grupo é composto majoritariamente por mulheres (85%) e há uma concentração maior de respostas (53,3%) entre docentes da região Sudeste, embora a pesquisa tivesse alcance nacional. Já o terceiro estudo (E3) foi conduzido pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente/UFMG (Gestrado) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e publicado no relatório técnico *Trabalho Docente em Tempos de Pandemia*. O objetivo deste estudo, realizado com 15.654 professores de escolas públicas de todos os estados brasileiros, procurou conhecer quais atividades e sob quais condições elas estavam sendo realizadas pelos docentes durante o período de isolamento social. O perfil do grupo é predominantemente feminino (78,3%). Juntos, os três estudos – realizados por questionário eletrônico com perguntas abertas e fechadas – reúnem informações de quase 40 mil professores e professoras da Educação Básica do país.

Entre os dados que mais nos interessam para fins do presente artigo estão aqueles que evidenciam o uso de dispositivos digitais e móveis que potencializam a comunicação ubíqua e suas relações com o aumento do trabalho. No E1, entre as atividades que aumentaram, está o uso de recursos de comunicação como *WhatsApp* e *SMS*, além de e-

*mail*, para 91,4% dos professores. O E3 evidencia também que, dentre os recursos mais utilizados para o ensino remoto, destaca-se o aparelho de celular para 91,1% dos professores. Os estudos E1 e E2 mostram que houve um aumento na comunicação entre professores e responsáveis pelos estudantes. Entre as atividades incluídas no rol de atuação docente durante a pandemia está o envio de materiais aos estudantes via dispositivos digitais e de orientações às famílias sobre como motivar e supervisionar o estudo das crianças. De acordo com o E1, o envio de orientações às famílias está entre as atividades que mais aumentaram no trabalho docente, para 60% dos professores da Educação Infantil e 65% dos professores do Ensino Fundamental. A comunicação intensa com as famílias também é evidenciada mesmo entre professores de estabelecimentos de ensino que estavam com atividades escolares suspensas, os quais representavam 15,8% do E3. Neste grupo, mesmo com as atividades suspensas, 46% dos professores continuava interagindo com estudantes via dispositivos digitais.

Embora os relatórios dos três estudos não tenham inferido, especificamente, sobre a pulverização da temporalidade (tempos de trabalho e não trabalho), a sensação entre os participantes do E1 e do E3 de que o tempo de trabalho aumentou comungando com resultados de outras pesquisas em que se percebe uma relação entre o uso de dispositivos digitais e móveis, sobretudo em práticas comunicacionais, e o prolongamento dos tempos de trabalho (LARA, 2017; MICK, LIMA, MEURER, LARA, 2020). Em reportagem do *El País* sobre ansiedade e sobrecarga de trabalho dos professores durante a pandemia (OLIVEIRA, 2020), observa-se que as mudanças na rotina incluem ainda a participação em grupos de *WhatsApp* – entre professores e entre professores e famílias – que geram reclamações em ambos os lados. Além do acréscimo de atividades usando estas ferramentas, o uso de redes sociais e recursos como o *YouTube* faz com que o tempo de trabalho não esteja circunscrito ao formalmente contratado, mas pulverizado em tempos antes dedicados a atividades privadas e domésticas. A sobrecarga de atividades e a adição de trabalho, sem que tenha havido aumento na carga horária contratada, é evidenciada na percepção dos professores e professoras do E1 acerca do que aumentou em suas rotinas. Nesse grupo, para 80,1% dos professores houve um aumento no tempo para preparação de aulas com novos recursos e ferramentas digitais. Para 79,8%, houve um aumento no volume de trabalho relacionado a ministrar aulas com novos recursos e ferramentas. E para 68% dos professores desse grupo, houve um aumento de trabalho relacionado ao envio de atividades e orientações a estudantes e às famílias. Além disso, para 77,4%, houve um aumento das atividades relacionadas à participação em cursos à distância; e para 73,2%

houve um aumento de trabalho em função das reuniões pedagógicas realizadas remotamente.

No que se refere à diluição das fronteiras espaciotemporais entre público e privado, as repercussões do ensino remoto no cotidiano dos professores e professoras, com base nestes três estudos, podem ser analisadas sob diferentes enfoques. Por exemplo, o uso de recursos privativos, pelos quais os professores pagam direta ou indiretamente, passou a ser utilizado como recurso de trabalho. Isso vale tanto para equipamentos quanto para espaços digitais originalmente destinados a lazer: o E1 evidencia que 77,4% dos professores passou a utilizar suas redes sociais na internet para envio de materiais digitais aos estudantes. O E2 evidencia que 65,3% dos professores fazem uso do *WhatsApp* para esta finalidade e 36,4% usam o *Facebook*. Esses dados remetem a características da docência ubíqua (LARA, 2020), na qual não apenas espaços privados físicos são convertidos em espaços de trabalho, mas também novos espaços digitais servem ao mesmo propósito.

Ainda no que se refere à diluição das fronteiras entre público e privado, por suposto o ensino remoto converteu espaços domésticos, privados, em espaços públicos que funcionam como extensões de salas de aula convencionais. As aulas *on-line*, ao vivo, são realizadas por 29,8% dos professores do E1, 17% do E2 e entre 13% e 42% dos professores do E3, dependendo da etapa do ensino, a saber: 42,5% no Ensino Médio; 27,9% nos anos finais do Ensino Fundamental, 19% nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 13,4% na Educação Infantil. Já as aulas gravadas são realizadas, também no E3, por 56,1% dos professores da Educação Infantil, 41,9% dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 32,1% dos docentes dos anos finais do Ensino Fundamental e por 38,3% dos atuantes no Ensino Médio. Já no E1, 38,3% dos docentes da Educação Básica realizam videoaulas gravadas.

Para além dos espaços em que se realiza o trabalho docente, importa as condições nos quais esse trabalho se dá. Nesse sentido, os três estudos analisados evidenciam que, além da falta de formação para novos formatos de aulas, condições de acesso também oneram os docentes, a ponto de 30% dos participantes do E2 considerarem a experiência remota ruim ou péssima e 33% considerarem a experiência razoável.

O E3 constatou que 83% dos professores possuem recursos tecnológicos para trabalhar remotamente; entretanto, metade deles compartilha equipamentos com outras pessoas da casa. Não é possível inferir, com os dados identificados, se os espaços domésticos – convertidos em espaços de trabalho – são espaços propícios para o ensino



remoto. Isso inclui a disposição de mobiliário adequado, condições acústicas, ergológicas e ergonômicas, além de cômodos disponíveis nas residências. Mas com parcelas significativas da população trabalhando remotamente e, ainda, com crianças estudando da mesma maneira, pode-se supor que nos arranjos familiares sob estas condições a gestão de tempos, espaços e equipamentos compartilhados tragam tensões nas relações pessoais. Além disso, pelos dados do E3, pode-se inferir que o acesso mais privativo, por assim dizer, ao trabalho remoto se dá pelo telefone celular (91,1%), que ergologicamente não foi criado para esta finalidade. Outros equipamentos mais apropriados, como *notebooks* e computadores convencionais, são utilizados respectivamente por 76% e 28% dos professores no mesmo estudo.

O acesso à internet, que no Brasil possui um custo alto, também representa uma apropriação – senão uma expropriação – de recurso privado dos docentes. O E3 evidencia que, para além dos 65% dos professores que possuem banda larga residencial, uma significativa parcela de 24% utiliza plano de dados da operadora de celular, o que significa um custo maior por um serviço de menor qualidade. Ainda, para 10,4% dos professores, o acesso à rede se dá por internet discada ou a rádio. As condições de acesso apresentam diferenças consideráveis entre redes públicas e privadas, de acordo com o E2. Na rede pública, 1 em cada 3 estudantes não possui acesso à internet, de acordo com dados do E3, e garanti-lo a todos é a principal preocupação evidenciada por professores do E2. Nesse sentido, além de preparar materiais digitais, 30,7% de professores do E1 elaboram materiais impressos a serem enviados pelos estabelecimentos de ensino aos estudantes sem acesso à internet. Além disso, 60,4% dos docentes do E2 preparam materiais específicos para o ensino remoto e, no E3, 90% dos professores elaboram atividades específicas para serem enviadas aos estudantes.

Em conjunto, os dados dos três estudos permitem inferir a ocorrência de práticas multitarefa à medida que as atividades se diversificaram, ao mesmo tempo em que as condições de saúde se deterioraram e as jornadas de trabalho se prolongaram. Novas atividades foram inseridas com a utilização de tecnologias digitais sem que houvesse uma formação ou preparação dos docentes (respectivamente, para 51,1% dos participantes do E2 e para 53,6% do E3 nas redes municipais). O manejo de novas aprendizagens no processo de trabalho, além de acarretar desgastes psíquicos, comumente não é contabilizado como trabalho. No E2, constatou-se que apenas 38,8% dos professores se sentem preparados para usar recursos tecnológicos, enquanto no E3 apenas 28% dos docentes declaram ter facilidades com o uso de tecnologias digitais. A experiência com

ensino remoto, evidenciada no E3, era muito pequena entre os docentes antes da pandemia: de 9% na Educação Infantil até 16% no Ensino Médio.

Estas situações, que à primeira vista parecem evidências de um “novo normal” advindas do ensino remoto, são clássicas nos estudos do trabalho, à medida que uma nova técnica ou ferramenta é inserida nos processos de trabalho (LEPLAT, CUNY, 1983) e, de modo geral, quando envolvem tecnologias digitais, podem levar ao fenômeno denominado tecnoestresse (CARLOTTO, 2010). Este seria um estado psicológico negativo de exaustão emocional relacionado ao uso (ou ameaça de uso) de tecnologias no ambiente de trabalho, caracterizado pela inabilidade de lidar de forma saudável com as tecnologias, que leva a situações de ansiedade nas quais o trabalhador vai perdendo gradativamente o controle emocional em relação às exigências do seu trabalho. Os dados sobre saúde mental dos professores, nos estudos apresentados, são concentrados no E2, em que 28% dos professores avaliam sua saúde emocional como péssima ou ruim e 30% como razoável. Entre os fatores estressores estão a necessidade de aprender rápido para adequar o planejamento, risco de contaminação, insegurança em relação ao futuro, falta de reconhecimento das famílias e gestores, aumento no tempo de preparo das aulas e de dedicação aos alunos e sensação de não conseguir dar conta de todas as demandas domésticas, familiares e profissionais. Comparativamente com dados pré-pandemia, estudos com professores da Educação Básica dão conta de que 68% deles sofre de ansiedade e 28% sofrem ou já sofreram de depressão (NOVA ESCOLA, 2020).

Assim como pôde ser evidenciado em outros estudos sobre o trabalho (remoto, em *home-office*) durante a crise pandêmica de 2020, a desigualdade de gênero também se sobressai nos estudos como um fator de sobrecarga de trabalho às mulheres. Elas, no geral, são encarregadas de dar conta das tarefas domésticas, sem que seus pares masculinos se envolvam ou compartilhem os afazeres, fazendo com que, muitas vezes, elas prorroguem suas atividades profissionais para as madrugadas, quando os afazeres domésticos estão concluídos (RAMÍREZ, 2020). Entre estas atividades, além da manutenção e limpeza doméstica, estão as relacionadas ao cuidado dos filhos, inclusive participando e/ou supervisionando suas atividades durante as aulas remotas. No E2 também se observa essa relação de desigualdade, amplificada no trabalho docente na Educação Básica, cuja categoria é composta por 85% de mulheres. “Diversos relatos evidenciam preocupações advindas da dupla jornada, como a dificuldade de conciliar as atividades domésticas com as profissionais e de acompanhar e apoiar os estudos dos filhos em idade escolar” (NOVA ESCOLA, 2020, p. 06).

Por fim, dentre os estudos apresentados não é possível inferir especificamente sobre a sobreposição da simultaneidade e onipresença típica da comunicação ubíqua, levada aos processos de trabalho. Ainda assim, elementos presentes no E2 permitem evidenciar que a mudança para o remoto exigiu adaptação constante dos professores, sobretudo os das escolas públicas, onde há mais limitação de acesso entre os estudantes (o acesso se dá mais comumente à noite ou aos finais de semana). Para minimizar os efeitos educacionais da crise sobre estes estudantes, “grande parte dos professores está se propondo a atender suas dúvidas, independentemente do horário de trabalho do educador” (NOVA ESCOLA, 2020, p. 06). Isso permite inferir que, tal como aparece em outras pesquisas pré-pandemia, há uma relação de onipresença instaurada no contexto do ensino remoto, com demandas de trabalho a qualquer momento e lugar, típicas do trabalho ubíquo caracterizado por Lara (2019).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE HÁ DE NOVO NO TRABALHO EM EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE PANDÊMICA?**

Os dados apresentados anteriormente, à primeira vista, parecem indicar que os efeitos sociais da crise pandêmica de 2020 estabeleceram um “novo normal” que, como tal, modificou completamente o trabalho em educação. Todavia, uma análise mais acurada sobre como tem se constituído o trabalho docente no contexto do ensino remoto permitem notabilizar que, exceto pelo fato de uma das dimensões desse trabalho – a docência – ter sido universalizada para o ambiente doméstico, as demais dimensões do trabalho em educação são exacerbações de uma atividade que gradativamente vem se constituindo como trabalho ubíquo, permeado por alterações dos sentidos espaço-temporais em função dos usos que se faz dos dispositivos digitais e móveis nos contextos desse trabalho.

Na Educação Básica (e, por hipótese, no ensino presencial nos níveis mais elevados de formação escolar e acadêmica), as estratégias de enfrentamento à crise pandêmica institucionalizou o *home-office* no trabalho em educação. Mas essa forma de trabalhar não é nova, nem seus efeitos são desconhecidos nos estudos do trabalho (SENNETT, 2006; 2012; ANTUNES, BRAGA, 2011; ABÍLIO, 2019). As pesquisas realizadas desde antes da pandemia corroboram as constatações de que jornadas de trabalho são prolongadas, que o ritmo de atividade é intensificado a qualquer tempo e lugar e que via tecnologias digitais

e móveis os docentes estão constantemente alcançáveis pelas demandas de trabalho (LARA, 2019; 2020). Além disso, novas formas de controle são engendradas via tecnologias digitais, instaurando uma nova cultura do trabalho. A exemplo do que foi apresentado por Alfageme (2020b), a “descoberta”, por muitos trabalhadores, de que o *home-office* é ambivalente também foi apresentada por Mick, Lima, Meurer e Lara (2020) acerca do trabalho docente: ela permite conciliar atividades profissionais e afazeres domésticos, mas também que o trabalho colonize todos os tempos e espaços do cotidiano particular. Trata-se, além disso, de um tema conhecido nos estudos do trabalho, ao qual Dal Rosso (2017) chamou de “ardil da flexibilidade”.

A corrosão de fronteiras entre público e privado, potencializada pelo uso de tecnologias digitais e móveis nos contextos de trabalho, tal como apresentado na seção anterior, também foram apreendidas em estudos anteriores sobre trabalho docente, levando, frequentemente, à sobreposição de intensificação e extensificação do trabalho e à realização de tarefas concomitantes como estratégia temporal de enfrentamento ao volume de trabalho (LARA, QUARTIERO; BIANCHETTI, 2019). Esse traço, característico de um trabalho ubíquo, envolve, muitas vezes, reservar um tempo de lazer para antecipar demandas de trabalho, levando ao que Han (2015) refere-se como uma autointensificação que anda de mãos dadas com um sentimento de liberdade. O que o ensino remoto parece ter feito foi exacerbar essas relações, ampliando sua abrangência.

As relações entre as alterações em práticas sociais e culturais ocorridas com a incorporação de tecnologias digitais e móveis ao cotidiano de vida pessoal/privada e de trabalho dos indivíduos nas sociedades contemporâneas e as alterações no mundo do trabalho trazidas com as mudanças tecnológicas, sobretudo aquelas relacionadas à flexibilização do tempo, não são temáticas novas nos estudos do trabalho (SENNETT, 2012; DAL ROSSO, 2008; 2017; ALVES, 2011). Também esse aspecto, tornado mais visível no contexto da crise pandêmica, não é novo no âmbito dos estudos do trabalho docente. Conseqüentemente, as repercussões dessas alterações para a saúde dos professores não é novidade, embora fatores estressores próprios de um contexto pandêmico tenham se somado às condições laborais já existentes e frequentemente vistas como precarizadas nos estudos do trabalho.

Pelo que foi apreendido até aqui, com base nos estudos apresentados anteriormente, o que há efetivamente de novo no trabalho em educação, no contexto da crise pandêmica, é a transformação de espaços domésticos em extensões de sala de aula, no contexto de ensino remoto (aulas gravadas ou ao vivo, via internet), sem que o

professorado disponha necessariamente nem de equipamentos, nem de ambiências adequadas para a realização de suas funções. Acompanhar a presença e a aprendizagem à distância, orientar as famílias para realizarem atividades com as crianças em casa e planejar atividades para alunos a distância são preocupações recorrentes evidenciadas no E2 e que também se constituem, em decorrência do ensino remotamente realizado, como novas configurações do trabalho em educação, ao menos na modalidade presencial.

Ainda que as demais dimensões do trabalho docente, no contexto da crise pandêmica, sejam compatíveis com configurações existentes em períodos pré-pandêmicos nos contextos em que o trabalho vem ganhando conotações ubíquas, essas características não devem ser atenuadas, nem normalizadas sob o epíteto de “novo normal”. Sob o ponto de vista político, a romantização das estratégias mobilizadas por docentes – e estudantes – para fazer frente aos desafios impostos por fatores externos aos processos pedagógicos potencializa discursos em favor da virtualização do ensino e da flexibilização do trabalho em educação. Do ponto de vista analítico, tomar as referências do trabalho em educação como um “novo normal” surgido com a crise significa ignorar a produção acadêmica que, historicamente, vem acumulando estudos científicos sobre o aprofundamento das condições de trabalho em educação antes do atual momento.

Nesse sentido, mais profícuo do que aderir, política ou analiticamente, à idealização de um novo normal desencadeado pela Covid-19, é se apropriar do conhecimento científico acumulado no âmbito dos estudos do trabalho e mobilizar categorias explicativas que ajudem a compreender o que é e o que não é “novo” ou “normal” na educação. Sob essa perspectiva, tomar como referência a categoria ubiquidade aplicada aos estudos do trabalho permite captar as especificidades da docência ubíqua e formular novas questões para a análise das mudanças e continuidades no trabalho em educação, apesar de e a despeito de crises pandêmicas e políticas.

## REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas** [online], v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.

ALFAGEME, Ana. Um mundo de ansiedade, medo e estresse. **El País**, Madri, 20 abr. 2020a.



\_\_\_\_\_. O sonho do 'home office' vira pesadelo na pandemia. **El País** [on-line], 09 ago. 2020b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-08-09/o-teletrabalho-nao-era-isto.html>. Acesso em 10 ago. 2020.

ALVES, Giovani. **Trabalho e subjetividade** – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BBC. Com pandemia, entregadores de app têm mais trabalho, menos renda e maior risco à saúde. **BBC Brasil**, [on-line], 01 jul. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53258465>. Acesso em 01 jul. 2020.

BELSER, Patrick. COVID-19 destaca as desigualdades com crueldade e ameaça aprofundá-las, diz OIT. **ONU Brasil**, 01 abr. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/covid-19-destaca-as-desigualdades-com-crueldade-e-ameaca-aprofunda-las-diz-oit/>. Acesso em 20 ago. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Primeiro caso de Covid-19 no Brasil permanece sendo o de 26 de fevereiro. **Ministério da Saúde**, Brasília, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47215-primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-permanece-sendo-o-de-26-de-fevereiro>. Acesso em 26 ago. 2020.

CARLOTTO, Mary Sandra. Fatores de risco do tecnoestresse em trabalhadores que utilizam tecnologias de informação e comunicação. **Estudos de Psicologia**, n. 15, p. 319-324, 2010.

CNTE/GESTRADO. **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Relatório técnico. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG). 2020. Disponível em: [https://anped.org.br/sites/default/files/images/cnte\\_relatorio\\_da\\_pesquisa\\_covid\\_gestrado\\_v02.pdf](https://anped.org.br/sites/default/files/images/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf). Acesso em 30 jul. 2020.

CUNHA, Rafael; BIANCHETTI, Lucídio. Docência ubíqua. In: MILL, Daniel (Org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papirus, 2018. p. 178-181.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELGADO, Gabriela Neves; CARVALHO, Bruna V. Breque dos Apps: direito de resistência na era digital. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [on-line], 27 jul. 2020.



Disponível em <https://diplomatie.org.br/breque-dos-apps-direito-de-resistencia-na-era-digital/>. Acesso em 20 ago. 2020.

FACHIN, Patrícia. A pandemia de Covid-19 aprofunda e apresenta as gritantes desigualdades sociais do Brasil. Entrevista especial com Tiaraju Pablo D'Andrea. **IHU**, São Leopoldo-RS, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/bfsjLXB>. Acesso em 20 ago. 2020.

FCC. Fundação Carlos Chagas. **Educação escolar em tempos de pandemia**. Informe n. 1. [on-line], abr. 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>. Acesso em 18 maio 2020.

GLUCKSMANN, Miriam. Tempo e espaço. In: SCOTT, John. (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Covid-19**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 jul. 2020.

LARA, Rafael da Cunha; QUARTIERO, Elisa Maria; BIANCHETTI, Lucídio. Trabalho ubíquo na pós-graduação stricto sensu em educação: In/ensificação e multitarefa. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782019000100211&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782019000100211&lng=en&nrm=iso). Acesso em 15 ago. 2020.

LARA, Rafael da Cunha. Trabalho ubíquo: repercussões no cotidiano de professores de pós-graduação. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, Rio de Janeiro, **Anais do XV Encontro Nacional da ABET**, 2017.

\_\_\_\_\_. Transformações tecnológicas e a ubiquidade como problema sociológico: o que faz do trabalho ubíquo, ubíquo. Sociedade Brasileira de Sociologia, Florianópolis, **Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2019.

\_\_\_\_\_. A docência universitária como trabalho ubíquo. **Revista Plural**, Florianópolis, p. 51-57, 2020.

LEPLAT, Jacques; CUNY, Xavier. **Introdução à Psicologia do Trabalho**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. Piora econômica deve empurrar 3,8 milhões de domicílios para as classes D e E neste ano. **G1/Globo News**, [on-line], 25 ago. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/RfdKn9y>. Acesso em 25 ago. 2020.

LIMA, Jacob. C.; OLIVEIRA, Daniela. R. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 115-143, 2017.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel P.; MEURER, Luísa T.; LARA, Rafael da Cunha. **Nós, docentes da UFSC**: Relatório da pesquisa “Perfil da docência na UFSC (2019)”. Florianópolis: APUFSC, 2020.

NOVA ESCOLA. A situação dos professores no Brasil durante a pandemia. Coord. Laís Semis. **Nova Escola**, [on-line], abr. 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/junho/ne-pesquisa-professor-final-1.pdf>. Acesso em 18 maio 2020.

OLIVEIRA, Joana. Em meio à rotina de aulas remotas, professores relatam ansiedade e sobrecarga de trabalho. **El País** [online], São Paulo, 21 maio 2020.

RAMÍREZ, Noelia. “Trabalho de madrugada porque não dou conta de tudo em casa”, a nova normalidade massacra as mulheres. **El País** [on-line], 28 maio 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/afhZOsF>. Acesso em 20 ago. 2020.

ROSENFELD, Cinara. Autonomia no trabalho informacional: liberdade ou controle? *In*: PICCININI, V. *et al* (Orgs.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SÁNCHEZ, Nacho. Três fobias sociais que aumentarão depois do confinamento (e quando é normal ter medo). **El País** [on-line], 18 maio 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/CfsjVcB>. Acesso em 20 ago. 2020.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, João Vitor; FACHIN, Patrícia. “É preciso que o recurso de 600 reais chegue hoje”. Entrevista especial com Sonia Fleury. **IHU**, São Leopoldo-RS, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/efsj4Jj>. Acesso em 20 ago. 2020.

SENNETT, Richard. **A cultura no novo capitalismo**. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **A corrosão do caráter**: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2012.

SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. Coronavírus: entregadores de aplicativo trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa. **BBC News**, São Paulo, 07 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246>. Acesso em 20 maio 2020.

## NOTAS

TÍTULO DA OBRA:



## UBIQUIDADE E CRISE PANDÊMICA: O QUE HÁ DE NOVO NO TRABALHO EM EDUCAÇÃO?

Rafael da Cunha Lara

Doutor em Educação

Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de Sociologia do Trabalho, Florianópolis, Brasil  
rafa0682@live.com

 <http://orcid.org/0000-0002-0926-127X>

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### HISTÓRICO

Recebido em: 31 de agosto de 2020

Aprovado em: 12 de setembro de 2020

